

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	15
1 Direitos coletivos em sentido amplo – Direito material.....	19
1.1 A evolução dos direitos fundamentais no Mundo e no Brasil. Os desafios atuais	19
1.2 A positivação humanista global e regional. Os reflexos internos e o controle de convencionalidade	26
1.3 A formação constitucional dos Estados modernos. O Estado brasileiro segundo a Constituição Federal de 1988.....	29
1.4 “Brasil real” e “Brasil oficial”. A judicialização de políticas públicas. A responsabilidade do Estado e a tutela coletiva.....	37
1.5 O <i>mínimo existencial</i> : o real e o jurídico	42
1.6 Classificação dos direitos coletivos em sentido amplo	47
2 Dos Direitos Sociais	53
2.1 Igualdade e liberdade.....	53
2.2 Do princípio da igualdade e de suas dimensões	58
2.3 Da saúde	63
2.3.1 Do direito à saúde e de sua previsão constitucional	63
2.3.2 Lei do Sistema Único de Saúde SUS (Lei nº 8.080/90).....	76
2.3.3 Direito à saúde de grupos específicos.....	80
2.3.3.1 Saúde das pessoas com deficiência	80
2.3.3.2 Saúde da pessoa idosa	86
2.3.3.3 Saúde das crianças e dos adolescentes.....	87
2.3.3.4 Saúde das pessoas em situação de rua.....	91
2.3.3.5 Saúde das pessoas presas	94

2.3.3.6	Da saúde das pessoas com transtornos mentais (Lei nº 10.216/01)	99
2.4	Da assistência social.....	103
2.4.1	Introdução.....	103
2.4.2	Lei orgânica da assistência social LOAS (Lei nº 8.742/93) ...	104
2.4.3	Da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/09).....	107
2.5	Da Educação	108
2.5.1	Do direito à educação. A Constituição Federal e as Leis	108
2.5.2	Da Política Nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (Lei nº 12.764/12).....	117
2.5.3	Da Política Nacional de leitura e escrita (Lei nº 13.696/18).....	120
2.6	Da segurança alimentar	121
2.6.1	Do direito à alimentação como direito fundamental social.....	121
2.6.2	Do Sistema Nacional de segurança alimentar e nutricional (Lei nº 11.346/06).....	124
3	Dos direitos dos grupos vulneráveis específicos.....	127
3.1	Introdução. O necessário respeito à coletividade e a questão do dano moral coletivo	127
3.2	Da liberdade individual: orientação sexual e identidade de gêneros	132
3.3	A questão étnica no Brasil e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10)	136
3.4	Dos direitos da criança e do adolescente	139
3.4.1	Introdução. As novidades da Constituição Federal e do ECA.....	139
3.4.2	Do Sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (Resolução nº 113/06 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA).....	145
3.4.3	Dos direitos processuais e do sistema de execução de medida socioeducativa (SINASE).....	148
3.4.4	A escuta especializada e o depoimento especial Lei nº 13.431/17	153
3.5	Dos direitos das pessoas com deficiência (Lei nº 7.853/89 e Lei nº 13.146/15)	155
3.6	Dos direitos dos idosos.....	164
3.7	Dos índios e das comunidades quilombolas.....	169
3.8	Dos direitos à assistência jurídica integral e gratuita	178

3.8.1	A evolução: da assistência judiciária à jurídica no Brasil	178
3.8.2	Natureza jurídica. A assistência jurídica como direito coletivo em sentido amplo.....	180
3.8.3	A Emenda Constitucional nº 80/14	182
3.8.4	A assistência jurídica integral e gratuita quanto serviço público.....	183
4	Do Direito do Consumidor	187
4.1	Da introdução.....	187
4.2	Relação jurídica de consumo. Os principais conceitos e instrumentos	191
4.3	Dos direitos dos usuários de planos de saúde	206
4.3.1	Introdução e regulamentação legal.....	206
4.3.2	Dos direitos dos usuários de planos de saúde (Lei nº 9.656/98).....	207
4.4	Dos usuários de serviços públicos	218
4.4.1	Da necessária eficiência na administração pública	218
4.4.2	Dos direitos dos usuários de serviço público em geral (Leis nº 8.987/95 e nº 13.460/17)	221
4.4.3	As políticas tarifárias e a impugnação via ações coletivas....	227
5	Do Direito Ambiental.....	233
5.1	Introdução	233
5.2	Dos conceitos e definições	238
5.3	Princípios do Direito Ambiental.....	239
5.4	Espaços ambientalmente protegidos.....	259
5.5	Proteção jurídica dos recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97)	269
5.6	Dos resíduos sólidos	271
5.6.1	Da introdução	271
5.6.2	Dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10).....	274
5.6.3	Dos conceitos e definições	275
6	Direito Urbanístico e da Mobilidade Urbana.....	279
6.1	Direito urbanístico: introdução.....	279

6.2	Diretrizes gerais e princípios da política urbana no Brasil.....	281
6.3	Principais institutos ou instrumentos da política urbana nacional....	293
7	Do saneamento básico.....	315
7.1	O saneamento básico como direito fundamental.....	315
7.2	Da Política Nacional de saneamento básico (Lei nº 11.445/07 e Decreto nº 7.217/2010).....	317
8	Da mobilidade urbana	323
8.1	Do direito ao transporte público como expressão do direito à cidade. Transporte público e acessibilidade.....	323
8.2	Do direito ao transporte público e à mobilidade urbana (Lei nº 12.587/12).....	323
9	Da Probidade Administrativa	329
9.1	Introdução.....	329
9.2	Da probidade administrativa (Lei nº 8.429/92). Principais apontamentos	330
10	Dos Direitos Digitais. Marco regulatório da internet no Brasil (Lei nº 12.965/14).....	339
11	Da Segurança Pública – Do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).....	349
11.1	Do direito à segurança pública. Introdução.....	349
11.2	Do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP (Lei nº 13.675/18).....	353
12	Direitos coletivos em sentido amplo - Direito processual	359
12.1	Introdução e origens	359
12.2	Dos princípios gerais do processo coletivo	360
12.3	Dos procedimentos coletivos no Brasil: classificação. As principais ações coletivas	371
12.4	Do Procedimento Comum Coletivo	374
12.4.1	Legitimidade ativa.....	374

12.4.2	Da ação coletiva passiva.....	386
12.4.3	A defesa do polo passivo coletivo (processo coletivo passivo).....	388
12.4.4	Das audiências públicas, do <i>amicus curiae</i> e das outras formas de participação	389
12.4.5	Competência em ações coletivas.....	392
12.4.6	A prova e o ônus da prova nas ações coletivas. Inversão do ônus da prova e o advento do CPC/15.....	398
12.4.7	Do pedido e da cumulação de pedidos	401
12.4.8	As tutelas de evidência e de urgência nas ações coletivas. A tutela de urgência em face do Poder Público. A audiência prévia e a suspensão da liminar (Leis nºs 8.437/92 e 9.494/97).....	404
12.4.9	Da relação entre ações coletivas e ações individuais	413
12.4.10	Do negócio judicial e as ações coletivas	415
12.4.11	Da sentença coletiva	416
12.4.12	Recursos em ações coletivas.	417
12.4.13	O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas	418
12.4.14	Coisa julgada em ações coletivas.	419
12.4.15	Liquidação e execução em ações coletivas. Dos fundos de direitos difusos	420
12.5	Dos Procedimentos Investigativos. Do Inquérito Civil e do Termo de Ajustamento de Conduta. A questão da requisição pelo Defensor Público	425
ANEXO I	431
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	435